

Mapeamento da produtividade do trabalho nos bancos brasileiros

Fernanda Vilhena*

Professora Substituta do Departamento de
Economia e Finanças da Universidade
Federal de Juiz de Fora (UFJF).

João Sicsú*

Professor Adjunto do Instituto de Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Resumo

No presente artigo, analisa-se como o processo de ajuste do setor bancário brasileiro, em consequência da estabilização econômica, da reforma financeira e da entrada de bancos estrangeiros no País, promoveu expressivos ganhos de produtividade do trabalho bancário nos anos 90, devido ao fechamento de agências, à demissão de funcionários e ao aumento dos investimentos em automação. Além disso, procura-se demonstrar que essas mudanças ocorreram de forma diferenciada no País, gerando taxas de crescimento da produtividade do trabalho bancário distintas nas regiões e nos estados brasileiros, o que promoveu maior uniformização desse indicador no País. Porém diferenças ainda persistem, o que implica formular algumas propostas para aumentar a produtividade do trabalho dos bancos de determinadas regiões e estados.

Palavras-chave

Produtividade; bancos; regiões brasileiras.

Abstract

The article analyses how the adjustment process undergone by the Brazilian banking sector, as a consequence of price stabilization, new regulatory systems

* Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio. Agradecem, também, aos Professores Marco Crocco, Carlos Vidotto e Renaut Michel pelas valiosas críticas e sugestões a uma versão preliminar do presente texto. Cabe, no entanto, eximi-los de quaisquer responsabilidades sobre a versão final deste artigo.

and withdrawal of barriers to foreign banks entry, produced positive results over banks' labor productivity along the nineties, through closing agencies, employees dismissal, and the increase of technological investments. It is also shown that these changes were different across the whole country, with distinct rates of productivity taking place throughout Brazilian regions and states, what induced an even higher uniformization of this indicator around the country. However, differences still remain demanding the formulation of specific propositions towards the increase of banks' labor productivity in particular regions and states.

Classificação JEL: G21, G28, L25

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 24.09.03.**

Introdução

O setor bancário brasileiro vivenciou um processo de mudanças e de reestruturação durante os anos 90. A principal delas foi a estabilização inaugurada com o Plano Real em 1994, e as outras foram a reforma financeira, que desencadeou um processo de fusões, incorporações e privatizações dos bancos estaduais, e, também, a liberalização à entrada de bancos estrangeiros no Brasil.

Os efeitos imediatos desse processo foram: o fim das receitas inflacionárias, que trouxeram à tona a necessidade de racionalizar custos, o fechamento de agências bancárias, a demissão de empregados dos bancos e o aumento de investimentos em automação bancária. Todas essas transformações contribuíram para que o País alcançasse grandes ganhos de produtividade do trabalho bancário. Porém o processo de ajuste do setor bancário ocorreu de forma diferenciada entre as regiões e os estados brasileiros. Em decorrência, os ganhos de produtividade dos bancos não se deram de forma homogênea no País. Na verdade, o volume de demissões e de fechamento de agências foi maior em determinadas regiões, o que levou algumas delas a apresentarem maiores taxas de crescimento da produtividade.

O objetivo deste artigo é demonstrar a magnitude dos ganhos de produtividade do trabalho bancário e como esses aumentos ocorreram de forma diferenciada nas regiões do País, além de medir seus impactos sobre os custos da mão-de-

-obra bancária. Além disso, pretende-se fazer um mapeamento dos atuais níveis de produtividade do trabalho das regiões e dos estados brasileiros — o que é necessário para auxiliar a proposição de políticas diferenciadas que visem aumentar a produtividade dos bancos de acordo com as particularidades e as necessidades de cada localidade. Para tanto, utilizaram-se dois indicadores de produtividade do trabalho: um absoluto e um relativo (que permite a comparação entre estados e regiões); e, ainda, um indicador de custos para medir a influência dos ganhos de produtividade sobre os mesmos.

O estudo da evolução da produtividade do trabalho dos bancos é bastante relevante para os banqueiros, tanto na tomada de decisões para obter diferencial num mercado competitivo, como também porque produtividade maior e custos menores podem proporcionar aumento nas margens de lucro. Mas também é importante para os bancários, pois pode acarretar eliminação de postos de trabalho, mudanças nas rotinas e nos métodos de trabalho ou, ainda, aumento salarial se a remuneração estiver baseada em indicadores de produtividade. No entanto, o acompanhamento da produtividade bancária não tem importância só para os grupos sociais ligados diretamente ao setor. Na verdade, os aumentos desse indicador têm implicações para a economia brasileira em geral. Isto porque uma diminuição de custos poderia gerar queda nas taxas de *spread* bancário, uma vez que os custos administrativos representam boa parte da composição dessa taxa no Brasil. Realmente, é provável que o aumento de produtividade tenha contribuído para a queda do *spread* nos últimos anos da década de 90, fruto da diminuição do peso dos custos administrativos nas receitas dos bancos.

O artigo está dividido em mais seis seções, além desta parte introdutória. Na próxima seção, faz-se uma breve análise do processo de reestruturação do setor bancário brasileiro e de seus impactos sobre a produtividade do trabalho — com destaque para o ajuste diferenciado entre as regiões do País e a provável relação entre *spread* e produtividade do trabalho. Na segunda seção, é apresentada a metodologia utilizada pelo trabalho para calcular o indicador de produtividade e o indicador de custo. Na terceira, apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos da evolução da produtividade bancária no País e em suas regiões. Na quarta seção, faz-se um mapeamento do atual nível de produtividade do trabalho nos estados. Na quinta seção, apresenta-se a evolução do indicador de custo do trabalho nas regiões brasileiras. E, por fim, na última seção, são apresentadas as principais conclusões do artigo.

1 - A reestruturação dos bancos brasileiros nos anos 90 e a produtividade do trabalho bancário: um panorama geral

A partir de 1994, foi implementado, no país, o Plano Real, que conseguiu reverter a trajetória de alta inflação vivenciada por muitos anos. A estabilização teve profundas implicações para o setor bancário brasileiro, o qual teve que se reestruturar e buscar estratégias alternativas. O fim da inflação significou, de imediato, o término da obtenção de **ganhos inflacionários** para os bancos, como mostram os dados apresentados por Paula (1998): essas receitas representavam 35,7% do valor da produção dos bancos (diferença entre juros recebidos e pagos) em 1990, baixando para 0,6% em 1995.

Também houve mudanças no que tange ao elevado número de agências bancárias presentes na economia que se apropriavam dos ganhos do período inflacionário. Muitas delas tiveram que fechar, e muitos bancos, criados para explorar oportunidades de ganhos com transações da dívida pública, foram liquidados ou sofreram intervenção do Banco Central. Realmente, de acordo com a Febraban (2002a,) existiam 17.434 agências bancárias no País, em 1994, enquanto, em 1999, se observou uma redução para 16.158 — houve uma queda de 7,31% no número de agências no período. O fechamento de agências também se deveu ao fato de que havia um excesso de agências em determinadas regiões do País, reflexo de uma política imposta pelo Governo Federal a instituições como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. De acordo com o IBGE/ANDIMA (1997), essa era uma política de abertura e manutenção de agências bancárias em áreas geográficas tradicionalmente isoladas, que obedecia a uma lógica de integração política e econômica.

Esse processo de ajustes relativos à redução do número de agências e de empresas pode ser dividido, segundo Albenes (2001), em dois tipos: voluntários e não voluntários. Os ajustes voluntários foram os que partiram de iniciativas dos próprios bancos, a fim de obterem melhores condições de competitividade no mercado, aproveitando fatores tais como ganhos de escala e uso de tecnologias e espaços compartilhados. Já os ajustes não voluntários referem-se a 43 bancos que sofreram intervenção por parte do Banco Central a partir de 1994, sendo as principais nos Bancos Econômico, Bamerindus e Nacional (Baer; Nazmi, 2002, p. 329). Esses ajustes envolveram exatamente os bancos que se tornaram inviáveis, econômica e financeiramente, com o fim da inflação e culminaram num processo de aquisições, fusões e incorporações, com diminuição do número de bancos na economia. De acordo com dados apresentados por Baer e Nazmi

(2002, p. 331), o total de bancos caiu de 265 em 1995 para 233 em 1998: os bancos públicos foram reduzidos em 20% (de 30 para 24), e os bancos privados diminuíram sua participação em 25% (de 144 para 108).

Na verdade, a diminuição do número de instituições bancárias também esteve ligada ao processo de reforma financeira ocorrido na década de 90, no Brasil. Dentro dessa reforma financeira, merecem destaque especial os incentivos legais¹ que estimularam a fusão e a incorporação dos bancos. Esse processo também teve importância pelo fato de que muitos desses bancos que perderam participação no mercado eram públicos, sobretudo, bancos estaduais.

Além disso, a partir de 1995, teve início um processo de entrada de bancos estrangeiros no Brasil.² Carvalho (2000, p. 136) destaca estatística que comprova o incremento na participação de tais bancos no mercado brasileiro: em 1994, a participação estrangeira no controle dos 15 maiores bancos privados brasileiros era de 6,5%, enquanto, em 1998, atingiu a marca de 34%. Tal fato também contribuiu para intensificar o processo de reformulação do sistema bancário iniciado com o Plano Real, pois os bancos estrangeiros estiveram envolvidos na aquisição, incorporação e fusão de muitos bancos domésticos. Um dos efeitos positivos que se esperava alcançar com a entrada dos bancos estrangeiros no País refere-se à possibilidade de esses bancos servirem como veículos promotores de modernização do sistema bancário brasileiro. Dessa forma, as inovações financeiras, o controle de custos e os métodos modernos de administração que aplicam em seus mercados, poderiam ser trazidos para o País, diminuindo os custos de intermediação financeira e aumentando a produtividade.

Como resultado desse processo de reformulação, com o acirramento da concorrência e a necessidade de racionalizar custos, o setor bancário brasileiro também ampliou seus investimentos em tecnologia de informática e de telecomunicações. Realmente, de acordo com a Febraban (2002), tais investimentos aumentaram 48,2% na comparação entre 1998 e 2001 — as transações automatizadas já representavam, em 2000, 74,7% do total de transações dos bancos.

¹ A Medida Provisória nº 1.179, de 03.11.95, estabeleceu incentivos fiscais para incorporações de instituições financeiras, e a Resolução nº 2.212, de 16.11.95, estabeleceu incentivos para os processos de fusão, incorporação e transferência de controle acionário de instituições financeiras (Cysne, 1999).

² A regulamentação do aumento da participação de bancos estrangeiros na economia brasileira foi feita pela Lei Complementar relativa ao Parágrafo Único do Artigo 52 das Disposições Transitórias da Constituição Federal (Exposição de Motivos nº 311 do Banco Central) (Cysne, 1999).

Esse processo de reestruturação do setor bancário brasileiro, ou seja, a queda no número de agências, o fechamento de muitos bancos e o aumento da automação bancária, teve reflexos profundos sobre o nível de emprego bancário — com muitas demissões no setor. Houve queda no número de empregados do setor bancário brasileiro, como pode ser visualizado na Tabela 1, que mostra que, em 1994, havia 571.285 empregados no setor, enquanto, em 2001, eles já eram apenas 400.802. Na comparação entre 2001 e 1994, percebe-se uma diminuição no número de trabalhadores dos bancos brasileiros de 29,8%.

Tabela 1

Número de trabalhadores do setor bancário brasileiro — 1994-01

ANOS	NÚMERO DE EMPREGADOS
1994	571 285
1995	558 692
1996	483 165
1997	446 830
1998	426 442
1999	406 315
2000	402 425
2001	400 802

FONTE: RAIS apud FEBRABAN. **Dados gerais 2001.** Disponível em: <http://www.febraban.org.br> Acesso em: 31 jul. 2002.

A demissão de trabalhadores do setor bancário no período decorreu dos seguintes fatores descritos pela Febraban (2002): (a) fusões, incorporações e liquidações de bancos; (b) terceirização de atividades não financeiras (transportes, segurança, limpeza, serviços de engenharia e de manutenção de prédios e equipamentos, restaurantes e desenvolvimento de *softwares*); (c) evolução das tecnologias de informática, permitindo automatizar serviços para reduzir custos e aumentar a segurança e a qualidade do atendimento, disponibilizando serviços por telefone, fax e computadores em escritórios e residências; (d) racionalização dos serviços, isto é, necessidade de reduzir os custos do setor, para ajustá-los a uma economia estabilizada, na qual as receitas de *floating* praticamente inexistem; e (e) queda no volume de cheques compensados (-37,01%) após o Plano Real.

No entanto, os impactos sobre o emprego bancário não foram sentidos de forma semelhante em todas as regiões do Brasil, o que é confirmado pelas taxas diferenciadas de queda do emprego desse setor apresentadas na Tabela 2. Percebe-se por esses dados que as demissões provocadas pela reestruturação dos bancos foram bem maiores nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do que na Sudeste.

Tabela 2

Evolução do estoque de empregados dos bancos nas regiões
brasileiras — dez./94-dez./00

REGIÕES	Δ% DO NÚMERO DE EMPREGADOS (dez./94-dez./00)	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS PELO PAÍS (%)	
		Dez./94	Dez./00
Norte.....	-32,83	3,10	2,91
Nordeste.....	-42,92	14,50	11,58
Centro-Oeste.....	-38,85	4,75	4,07
Sudeste.....	-23,11	56,24	60,51
Sul.....	-34,10	18,62	17,17
Distrito Federal..	-3,85	2,79	3,76

FONTE: RAIS.

NOTA: Utilizou-se como referência para auferir o estoque de empregados a desagregação Intermediação Financeira-Depósitos à Vista da RAIS. Ela foi utilizada posteriormente, no presente artigo, para calcular a produtividade bancária.

A Região Norte possuía 3,1% dos funcionários dos bancos do País em 1994, diminuindo esse percentual para 2,91% em 2000; a Nordeste diminuiu sua participação de 14,5% para 11,58%; a Centro-Oeste, de 4,75% para 4,07%; e a Sul, de 18,62% para 17,17%. Por outro lado, a Sudeste concentrava 56,24% dos bancários brasileiros em 1994 e aumentou sua participação para 60,51% em 2000.

A conclusão a que se chega, portanto, é a de que o processo de reestruturação dos bancos brasileiros nos anos 90 gerou queda no emprego, o que pode ter provocado aumento de produtividade. Porém tais ganhos devem ter tido dimensões diferentes entre as regiões brasileiras, uma vez que a queda no emprego se deu de forma diferenciada entre as mesmas. Assim, é interessante medir a evolução da produtividade do trabalho bancário nas regiões e também

nos estados brasileiros, a fim de fazer um mapeamento das diferenças existentes. A partir dessa análise, poder-se-ia elaborar e sugerir políticas diferenciadas e direcionadas para os problemas e as necessidades de cada região ou estado.

O possível aumento na produtividade bancária ocorrido nos últimos anos pode ser favorável em relação a um importante problema da economia: as altas taxas de *spread* praticadas pelo sistema bancário brasileiro. Na verdade, de acordo com o Banco Central do Brasil — doravante BCB (1999 e 2001) —, a taxa de *spread*, no Brasil, alcançou, em agosto de 1995, o nível de 6,12% ao mês, o que refletia uma reação do sistema bancário ao fim das receitas inflacionárias. Em agosto de 1996, essa taxa já caiu bastante, para 3,65% ao mês, indicando uma maior adaptação do setor ao novo contexto macroeconômico de inflação reduzida. A partir de então, a taxa começa a apresentar tendência de queda até 2000, o que se deve, em parte, ao programa lançado pelo BCB em 1999, que lista medidas a serem adotadas para diminuir o *spread*, como reduzir os custos e os riscos bancários.

À medida que a taxa de *spread* diminuía, também ocorria uma queda na participação das despesas administrativas na composição da mesma. De acordo com dados do BCB (1999), em 1994 as despesas administrativas representavam 37,6% da composição do *spread*, sendo esta a parcela mais significativa do mesmo. Esse montante reflete o superdimensionamento do setor bancário, que teve origem no período inflacionário, sobretudo no que diz respeito ao número de agências. Após 1994, observa-se uma tendência de queda na participação das despesas administrativas na composição do *spread*, atingindo, em agosto de 2001, o nível de 19,2% (BCB, 2001).

Uma questão interessante a ser destacada é que, possivelmente, a queda nas taxas de *spread* observadas nos últimos anos têm estreita relação com a diminuição do peso dos custos administrativos dos bancos. A idéia é que os possíveis ganhos de produtividade do setor geraram essa redução, pois os bancos tiveram que se ajustar a um ambiente mais competitivo, promovendo mudanças que os tornaram mais eficientes. Além disso, dado que os custos administrativos ainda representam grande parte da composição do *spread* bancário brasileiro — 19,2% em 2001 de acordo com o BCB (2001) —, pode-se dizer que possíveis novos ganhos de produtividade serão importantes para o setor, pois diminuem o peso relativo dos custos e, conseqüentemente, o *spread*.

2 - Produtividade do trabalho bancário: conceito e metodologia utilizada

A produtividade bancária está intimamente ligada às idéias de desempenho, rendimento ou eficiência. O estudo sobre a evolução da produtividade bancária é importante, segundo o DIEESE (1998a), tanto do ponto de vista dos banqueiros quanto dos bancários. Dessa forma, essa análise é importante para os donos dos bancos, porque o aumento da produtividade permite uma redução do custo unitário das transações bancárias e, desse modo, assegurar uma margem de lucro maior. Por outro lado, sob a ótica dos bancários, a busca por ganhos de produtividade é importante, porque ela tem acarretado importantes mudanças, tais como: (a) eliminação de postos de trabalho no setor; (b) introdução de novos equipamentos e novas formas de gestão da mão-de-obra, que modificaram a organização do processo de trabalho; (c) disseminação de formas de remuneração baseadas em indicadores de desempenho e eficiência do trabalho (remuneração variável); e (d) recusa patronal em aceitar as negociações coletivas que buscam relacionar aumentos salariais com produtividade.³

Mensurar e analisar a produtividade do setor bancário envolve dificuldades consideráveis, uma vez que há muitos obstáculos operacionais envolvidos nesse processo, tais como problemas de acesso às informações e de qualidade dos dados. Como destacam Rebelo e Mendes (1998, p. 6):

“A definição das variáveis representativas dos produtos e fatores produtivos é uma das escolhas mais importantes a se resolver em qualquer estudo sobre a atividade bancária. Esta escolha depende da concepção da empresa bancária, do problema que se pretende analisar, em última análise da disponibilidade de informação precisa e detalhada”.

Assim, frente às dificuldades mencionadas, procurou-se escolher a metodologia a ser utilizada no presente estudo, considerando a disponibilidade de dados e sua adequação à análise desejada, uma vez que se calculou a produtividade do trabalho do setor bancário brasileiro nos anos recentes em âmbitos nacional, regional e estadual. Optou-se por utilizar um indicador

³ Neste artigo, utilizou-se uma metodologia que interessa mais aos bancários do que aos banqueiros. Isto porque os últimos estão mais interessados na produtividade medida pelo número de tarefas realizadas num determinado período de tempo, tal como é calculado no Relatório McKinsey (1998). Por outro lado, os bancários preferem avaliar a produtividade através do total de recursos monetários manipulados por eles num determinado período de tempo, tal como em DIEESE (1998a).

tradicional de produtividade bancária, que relaciona o produto físico (quantidade monetária) dos bancos com um fator de produção, sendo que, no caso da produtividade do trabalho, este último item é o número de homens.⁴ O indicador utilizado para medir a produtividade do trabalho nos bancos brasileiros foi o seguinte:

$$PTM = \frac{\text{output}}{\text{número de empregados}}$$

onde

PTM = produtividade do trabalho;

output = valor dos depósitos à vista.

A escolha da variável **depósitos à vista** como medida de produto físico foi definida a partir da necessidade de compatibilizá-la com a única variável de emprego confiável disponível, que é a quantidade de empregados que trabalham com a manipulação de depósitos à vista. Utilizou-se essa medida de *output* proveniente de uma base de dados fornecida pelo Departamento de Cadastro e Informações do Banco Central do Brasil.⁵ Tais dados foram convertidos para a mesma moeda (R\$) e, posteriormente, foram deflacionados⁶. Os dados referentes ao número de empregos⁷ foram obtidos na **Relação Anual de Informações Sociais** (RAIS), com desagregação denominada Intermediação Financeira-Depósitos à Vista. Devido ao fato de essa desagregação setorial ser utilizada nessa pesquisa de emprego (a RAIS) unicamente a partir de 1994, os cálculos da produtividade do trabalho somente puderam ser feitos a partir de então.

⁴ A produtividade bancária é calculada, freqüentemente, através de indicadores tradicionais, sendo que o fator de produção mais utilizado é exatamente o fator trabalho. Realmente, é muito comum se utilizar a produtividade do trabalho, o que pode ser aproximado pelo número de trabalhadores empregados em determinado setor, como é abordado em IBGE/ANDIMA (1997), Frischtak (1992), Tinelli (1979), Fanning (1981), DIEESE (1998) e Amado e Silva (2000). Ou ainda, como no Relatório McKinsey (1998), pelo número de horas trabalhadas por empregado multiplicado pelo número de empregados, gerando o total de horas trabalhadas nos bancos.

⁵ Esses dados são obtidos pela Consolidação Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e fazem parte do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen).

⁶ Utilizou-se, para tanto, o IGP-DI da FGV (índice de base fixa agosto de 1994 = 100).

⁷ A variável utilizada foi o número de empregos em 31 de dezembro.

2.1 - Métodos utilizados para comparar estados e regiões

A fim de fazer uma análise comparativa entre as regiões brasileiras, utilizou-se um indicador relativo para a produtividade do trabalho, com a seguinte forma:⁸

$$PTRM = PTM_{reg} / PTM_{Brasil}$$

onde

$PTRM$ = produtividade relativa do trabalho bancário;

PTM_{reg} = produtividade do trabalho bancário em determinada região;

PTM_{Brasil} = produtividade do trabalho bancário no Brasil.

Quanto mais próximo da unidade for esse indicador, mais perto da produtividade média do País estará a região. Dessa forma, se a produtividade relativa de determinada região for superior a 1, isso significa que a eficiência do trabalho da mesma é maior que a média nacional. Por outro lado, se a produtividade relativa for inferior a 1, a eficiência do trabalho bancário dessa região é menor que a média do País.

A produtividade relativa também foi calculada para os estados brasileiros, a fim de compará-los e reuni-los em grupos com características similares de comportamento (no que se refere à produtividade do trabalho). Além disso, com a intenção de melhor retratar a evolução da produtividade bancária durante o período estudado em termos espaciais, recorreu-se a mapas⁹ das regiões brasileiras que indicam os grupos que podem ser formados.

Também foi utilizada outra forma de agrupamento através da hierarquização dos estados brasileiros em cinco níveis. Para criar essa classificação, os valores da produtividade absoluta de cada estado em cada ano foram normalizados, tomando o maior valor igual a 100 e o menor igual a zero, sendo os valores intermediários obtidos por interpolação.¹⁰ Os cinco níveis foram obtidos da seguinte forma: o Nível 1 é composto por estados que superam a média em dois desvios padrões; o Nível 2, por estados que superam a média entre um e dois desvios padrões; o Nível 3, por estados que estão no intervalo entre a

⁸ Método semelhante foi utilizado por Rosa e Nogueira (1998) para medir o diferencial inter-regional de salários e produtividade industrial.

⁹ Para a construção dos mapas, utilizou-se o Programa Tabwin 32, disponível em: <http://www.datasus.gov.br>

¹⁰ Método semelhante foi utilizado por Haddad (1994).

média e o limite inferior do Nível 2; o Nível 4 é constituído por 50% dos estados abaixo da média; e, por fim, o Nível 5 é composto pelos estados restantes.

2.2 - Método utilizado para calcular o indicador de custo

O cálculo da produtividade do trabalho também é importante, porque este é um dos fatores que tem maior peso sobre os custos administrativos dos bancos. Como foi dito anteriormente, é muito provável que tenham ocorrido ganhos de produtividade no setor bancário brasileiro, nos últimos anos, e estes podem ter contribuído para uma queda no peso relativo dos custos operacionais bancários, o que, em última instância, poderia colaborar para uma queda nas altas taxas de *spread* praticadas no País. Logo, é importante verificar o quanto a trajetória da produtividade pode ter influenciado a evolução dos custos de pessoal dos bancos, e, para tanto, o artigo utilizou o seguinte indicador¹¹:

$$IC = \frac{R}{PTM}$$

onde

IC = índice do custo unitário do trabalho;

R = remuneração do trabalho;

PTM = produtividade do trabalho.

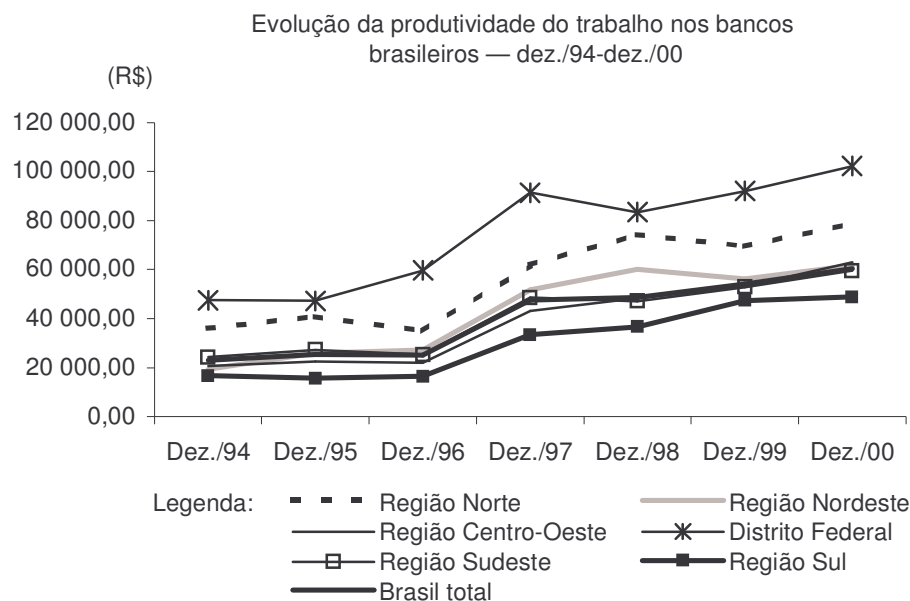
Dessa forma, podem-se decompor as variações do IC entre as variações na remuneração e na produtividade do trabalho. Se a produtividade estiver crescendo mais que os salários, haverá diminuição do IC, e, se, por outro lado, os salários aumentarem mais que a produtividade, o índice do custo da mão-de-obra vai aumentar. Os dados referentes à remuneração dos trabalhadores também foram obtidos na RAIS, utilizando-se a mesma desagregação setorial da produtividade da mão-de-obra, a fim de garantir que os dados fossem compatíveis. Os valores correspondem à remuneração em quantidade de salários mínimos em 31 de dezembro.

¹¹ Optou-se por considerar na análise apenas o índice de custo da mão-de-obra, devido à dificuldade de obtenção de dados sobre os outros componentes dos custos administrativos, o que permitiria uma análise mais precisa do índice de custo total.

3 - A evolução da produtividade do trabalho bancário nas regiões brasileiras

A produtividade do trabalho nos bancos brasileiros acumulou grande crescimento nos últimos anos, aumentando 161,86% entre 1994 e 2000. No Gráfico 1, é possível visualizar que essa trajetória ascendente da curva de produtividade do Brasil se intensifica a partir de 1996, quando os efeitos da reestruturação bancária começam a ser mais sentidos. A metodologia utilizada para esse cálculo foi a relação entre os depósitos à vista e o número de empregados do setor bancário ligados à atividade de coleta e manipulação desse tipo de depósito. Logo, a eficiência dos trabalhadores dos bancos será maior quanto maior for o valor de depósitos à vista nos mesmos e/ou quanto menor for o número de empregados necessários para manipulá-los.

Gráfico 1



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.
RAIS.

Dessa forma, o valor dos depósitos à vista cresceu, em termos reais, 87,13% entre 1994 e 2000. Esse aumento se deve ao crescimento real do PIB e, possivelmente, também em função da renda gerada pelo setor informal nesse período, mas também devido à maior atratividade que esse tipo de depósito adquiriu com o fim da inflação. De acordo com o estudo do IBGE/ANDIMA (1997), tal fato era esperado, porque, com a estabilização, esse tipo de depósito volta a ter atratividade, ao contrário dos períodos de inflação, quando o público prefere manter seus recursos nos bancos sob a forma de moeda indexada, a fim de não perder o poder de compra do dinheiro. Além disso, a Febraban (2002a) destacou que a maior agilidade, a segurança e o conforto proveniente do uso de telefone e de computadores também colaboraram para o aumento dos depósitos à vista nos bancos.

O aumento da produtividade do trabalho também é decorrente de uma queda de 28,82% no número de empregados do setor. Realmente, o processo de reestruturação do setor bancário nos anos 90, no Brasil, foi caracterizado pela eliminação de postos de trabalho na maioria dos bancos. Como descreveu o DIEESE (1998), um primeiro fator que incentivou demissões foi a necessidade de racionalizar custos com o fim da inflação. O processo de fusões e incorporações de bancos, já descrito anteriormente, colaborou nesse processo, assim como o fechamento de agências, sobretudo dos bancos públicos.

Um outro fator que teve papel importante na queda do emprego bancário foram os investimentos em microeletrônica, que eliminaram a interferência direta do trabalhador em uma série de tarefas que compõem o processo de trabalho dos bancos. A automação também incentivou a substituição das agências tradicionais por postos de atendimento eletrônicos, que não utilizam mão-de-obra.

O Gráfico 1 também permite avaliar a trajetória de crescimento da produtividade do trabalho nas regiões brasileiras e no Distrito Federal, porém, a fim de fazer uma análise mais detalhada dessa evolução entre 1994 e 2000, utilizaram-se alguns dados que estão na Tabela 3.

Analisando-se a produtividade relativa do trabalho de cada região, será possível perceber o quão distante cada uma delas está da média nacional e também se houve melhora de posição relativa entre 1994 e 2000 frente às demais regiões. Além disso, é importante observar a magnitude da variação na produtividade do trabalho e o quanto cada um de seus componentes (depósitos à vista e emprego) contribuiu para o crescimento da mesma.

De acordo com Amado (1997) e Sayad e Jatobá (1980), o Distrito Federal tem que ser encarado como um fenômeno pontual no sistema bancário, uma vez que os bancos de Brasília incluem depósitos do Governo e depósitos judiciais, o que faz o volume de depósitos à vista ser maior nessa região. Dessa forma, o

aumento na produtividade do trabalho de 115,43% deveu-se sobretudo, ao crescimento de 107,73% no volume de depósitos à vista, uma vez que o emprego diminuiu apenas 3,85%. A menor intensidade no ritmo de demissões nessa localidade se explica pelo fato de os bancos públicos terem uma participação maior na área bancária na capital federal (DIEESE, 1997). Um fato que merece destaque é que o índice relativo da produtividade do trabalho no Distrito Federal era 2,06 em 1994 e 1,69 em 2000, o que indica que essa localidade diminuiu a disparidade que tinha em relação às regiões brasileiras.

Tabela 3

Características da produtividade do trabalho no Brasil — dez./94-dez./00

REGIÕES E BRASIL	PRODUTIVIDADE RELATIVA DO TRABALHO		Δ% 1994-00		
	Dez./94	Dez./00	Produtividade do Trabalho	Depósitos à Vista	Emprego
Norte.....	1,56	1,31	119,44	47,40	-32,83
Nordeste.....	0,84	1,02	219,07	82,12	-42,92
Centro-Oeste.....	0,89	1,04	206,52	87,44	-38,85
Sudeste.....	1,06	0,98	144,87	88,29	-23,11
Sul.....	0,73	0,81	162,90	92,14	-34,10
Distrito Federal.....	2,06	1,69	115,43	107,13	-3,85
Brasil.....	1,00	1,00	161,86	87,13	-28,54

FONTE DE DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.
Rais.

A Região Nordeste ocupava apenas o quarto lugar entre as regiões brasileiras em 1994, com um índice de produtividade muito abaixo da média nacional. Em 2000, subiu para a terceira posição, atingindo o índice relativo de 1,02, o que demonstra que essa região tem uma produtividade do trabalho muito próxima à da média nacional. Essa região acumulou o maior crescimento da produtividade entre 1994 e 2000, uma vez que cresceu 219,07%, sendo esse percentual bem superior ao do País. O volume de depósitos à vista contribuiu para tal, já que aumentou 82,12% no período. Porém parece que o grande responsável por esse expressivo aumento de produtividade foi uma brusca queda no estoque de emprego da região, que, entre 1994 e 2000, caiu 42,92%, isto é, o número de empregados do setor bancário do Nordeste foi reduzido quase à metade.

De acordo com o DIEESE (1998), os bancos públicos tinham grande participação na Região Nordeste, o que fez essa região sentir, de forma mais intensa, o processo de ajuste do setor iniciado após a implementação do Plano Real, sobretudo a partir da criação do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes).¹² Juntou-se a isso a situação debilitada das finanças públicas na maioria dos estados dessa região, gerando um processo intenso de privatização. Por isso, a Região apresentou a maior queda no número de agências entre 1995 e 2000, sendo esta de 24,24%. Esse fato contribuiu sensivelmente para essa forte redução no volume de empregos dos bancos localizados na Região Nordeste, o que, em última instância, gerou o grande ganho de eficiência para o trabalho bancário dessa região.

A Região Norte possui a maior produtividade do trabalho das regiões brasileiras, como mostra o seu indicador relativo, que, em 1994, era 1,56 e, em 2000, diminuiu para 1,31, porém ainda se mantendo bem superior ao índice das demais regiões. Essa perda de peso relativo se deve ao fato de que a produtividade do trabalho acumulou aumento de 119,44% entre 1994 e 2000, sendo essa variação inferior à da média nacional. O emprego bancário diminuiu 32,83% nesse período, sendo que esse fenômeno, assim como na Nordeste, é resultado do fechamento de agências nessa região, que diminuíram 19,21% entre 1995 e 2000, além da intensificação do processo de automação. O aumento da produtividade nessa região só não foi maior porque o volume de depósitos à vista aumentou 47,4%, isto é, num percentual bem inferior ao nível nacional. Um provável motivo para tal é a dificuldade de acesso da população aos bancos na Região Norte, pois, em 2000, 57,23% dos municípios da mesma não possuía nenhum tipo de atendimento bancário, ou pode ser, ainda, que não tenha ocorrido grande crescimento econômico nessa região, no período.

A Região Centro-Oeste foi a que sofreu mais mudanças no que tange à melhora da produtividade do trabalho bancário, passando da terceira para a segunda maior região no que se refere à eficiência do trabalho no setor bancário. Em 1994, estava abaixo da média nacional, com um indicador relativo de 0,89 e, já em 2000, superou a produtividade média do País, atingindo 1,04 como índice relativo. Esse ganho de posição relativa entre as regiões brasileiras se deveu ao aumento de 206,52% na produtividade do trabalho acumulado no período por essa região. Os depósitos à vista cresceram num percentual (87,44%) muito próximo ao da média nacional, contribuindo para esse ganho.

¹² O Proes visava facilitar o saneamento dos bancos estaduais e sua posterior privatização (Cysne, 1999).

Também foi importante, para gerar os ganhos de produtividade, a queda acumulada pelo emprego bancário, que foi de 38,85%. Essa queda tem a mesma origem daquelas observadas nas Regiões Norte e Nordeste, pois o emprego diminuiu na Centro-Oeste, em consequência da queda de agências nessa Região, que foi de 20,59% entre 1995 e 2000, da maior informatização dos bancos e dos processos de reestruturação do setor.

A Região Sudeste foi a única que perdeu posição relativa na comparação com as outras regiões brasileiras, saindo, em 1994, da segunda colocação em eficiência do trabalho bancário para a quarta posição em 2000. A sua produtividade relativa era de 1,06 em 1994 e atingiu 0,98 em 2000, sendo esse índice inferior à média nacional e aos indicadores das outras regiões do País, com exceção da Região Sul.

A produtividade do trabalho na Sudeste cresceu 144,87% entre 1994 e 2000, com aumento dos depósitos à vista de 88,29%, sendo esse percentual muito próximo da variação percentual nacional. Por outro lado, a queda de 23,11% no emprego, no período, foi bem inferior àquela observada nas outras regiões do País. Isso ocorreu porque, enquanto o número de agências diminuiu sensivelmente nas outras regiões, na Sudeste aumentou em 3,98% esse número entre 1995 e 2000, o que fez a retração no emprego bancário dessa região ser menor que nas outras. Tal retração foi consequência de outros fatores, como a automação e a implementação de novas formas de organização do trabalho (DIEESE, 1998).

Por fim, a Região Sul mantém a pior posição relativa em termos de eficiência do trabalho em todo o período analisado, apesar de ter acumulado crescimento de 162,9% na produtividade do trabalho entre 1994 e 2000. Esse resultado é consequência do crescimento de 92,14% dos depósitos à vista, valor acima da média nacional, e de queda de 34,10% no emprego bancário.

As regiões brasileiras tiveram, portanto, seu indicador de produtividade relativa do trabalho aproximando-se da média nacional, o que indica uma tendência à uniformização da eficiência do trabalhador bancário no País. Porém algumas diferenças persistem, sendo importante investigá-las, o que pode ser feito analisando-se de forma mais detalhada a produtividade do trabalho nos estados brasileiros — o que será feito na próxima seção.

Também se observa, ao analisar o Gráfico 1, que há, predominantemente, uma tendência de crescimento contínuo da produtividade bancária a partir de 1996 — que vai até 2000. Tal fato pode ser explicado porque, até 1997, houve uma queda significativa do emprego bancário, e o volume de depósitos à vista dos bancos aumentou consideravelmente, reflexo do processo de remonetização que caracteriza contextos de estabilização. A partir desse ano, o ritmo de queda do nível de emprego diminuiu, chegando a subir em determinados momentos,

logo o crescimento contínuo da produtividade passa a ser explicado, em grande parte, pelo aumento dos depósitos à vista. Este, por sua vez, pode ser justificado pelo crescimento real do PIB de 8,8% entre 1997 e 2000. Ademais, a produtividade bancária também tem aumentado em consequência da maior intensidade de investimentos em informática e em telecomunicações por parte dos bancos, tal como está ressaltado em Vilhena (2003).

4 - Mapeamento da produtividade do trabalho bancário nos estados brasileiros

Para fazer uma análise mais aprofundada da produtividade do trabalho bancário nos estados brasileiros, os mesmos foram divididos em quatro grupos, de acordo com o índice de produtividade relativa que apresentavam em 2000, estando esses dados contidos na Tabela 4.

Tabela 4

Informações da produtividade relativa do trabalho dos estados brasileiros para a construção dos grupos — dez./00

ESTADOS	PRODUTIVIDADE RELATIVA DO TRABALHO	ESTADOS	PRODUTIVIDADE RELATIVA DO TRABALHO
Acre	1,55	Alagoas	1,18
Amazonas	1,61	Sergipe	0,89
Roraima	2,30	Bahia	0,89
Rondônia	1,42	Mato Grosso	1,45
Pará	1,05	Mato Grosso do Sul ..	0,91
Amapá	1,88	Goiás	0,95
Tocantins	1,33	Minas Gerais	0,89
Maranhão	1,08	Espírito Santo	0,88
Piauí	1,05	Rio de Janeiro	1,17
Ceará	0,85	São Paulo	0,96
Rio Grande do Norte	1,23	Paraná	0,87
Paraíba	1,68	Santa Catarina	0,82
Pernambuco	1,09	Rio Grande do Sul	0,76

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.
RAIS.

Posteriormente, hierarquizaram-se os estados em níveis (cuja metodologia para elaboração foi descrita na seção 2) através da normalização da série, sendo que os estados com melhor produtividade correspondem ao Nível 1, e os piores estão no Nível 5. Por fim, os grupos foram comparados com os níveis, como pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1

Divisão dos estados brasileiros de acordo com a produtividade do trabalho — 2000

GRUPOS	ESTADOS	NÍVEIS	CARACTERÍSTICAS
Grupo I	Roraima	Nível 1	Níveis de produtividade relativa do trabalho superiores a 1,5.
	Amapá Paráíba Amazonas Acre	Nível 2	
Grupo II	Mato Grosso Rondônia Tocantins Rio Grande do Norte Alagoas Rio de Janeiro	Nível 3	Níveis de produtividade relativa do trabalho superiores a 1,15 e inferiores a 1,5.
Grupo III	Pernambuco Maranhão Pará Piauí São Paulo Mato Grosso do Sul Goiás	Nível 4	Níveis de produtividade relativa do trabalho próximos a 1.
Grupo IV	Bahia Ceará Sergipe Minas Gerais Espírito Santo Santa Catarina Paraná Rio Grande do Sul	Nível 5	Níveis de produtividade relativa do trabalho inferiores a 0,9.

Dessa forma, o Grupo I contém os Estados de Roraima, Amapá, Paraíba, Amazonas e Acre, sendo que todos eles possuem a produtividade relativa do trabalho acima de 1,5. Em outras palavras, os estados desse grupo têm uma eficiência do trabalho bancário bem superior à média nacional, destacando-se como os melhores estados do País. O Estado de Roraima destaca-se nesse grupo como o que contém o maior nível de produtividade do País, estando no Nível 1, já os outros quatro estados estão no Nível 2.

O Grupo II é formado pelos Estados do Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas e Rio de Janeiro. Eles possuem como característica similar o fato de estarem no Nível 3 e de apresentarem uma produtividade do trabalho alta (superior a 1,15), porém abaixo daqueles altos índices apresentados pelos estados do Grupo I. Esse grupo, portanto, é composto por estados cuja produtividade do trabalhador dos bancos é alta, embora não sejam os melhores níveis do País.

O Grupo III é formado pelos estados que possuem uma eficiência do trabalho próxima à média nacional, num intervalo que vai de 0,9 a 1,1. Dessa forma, os Estados de Pernambuco, Maranhão, Pará e Piauí estão acima da média, e São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul estão abaixo da mesma. Esse grupo se caracterizou como pertencendo ao Nível 4, o que indica uma posição intermediária dentro do contexto nacional no que tange à produtividade do trabalho bancário.

Finalmente, o Grupo IV contém os Estados de Minas Gerais, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Ceará, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse agrupamento representa a pior situação em termos de produtividade do trabalho no setor bancário do País, pois todos os seus estados possuem uma produtividade relativa inferior a 0,9. Porém o fato de esses valores serem muito próximos da unidade — com exceção do Rio Grande do Sul e do Paraná — indica que mesmo os estados com pior produtividade do trabalho não estão numa situação relativa tão ruim, uma vez que não se distanciam muito da média nacional.

Causa estranheza, à primeira vista, o fato de estados com maiores índices de escolaridade e qualificação da mão-de-obra, como os da Região Sul, apresentarem níveis de produtividade do trabalho bancário bem inferiores aos de grande parte dos estados da Região Norte, que possuem baixos índices de escolaridade e qualificação da mão-de-obra. Isso pode ser explicado, em grande parte, pelo grau de concentração espacial e pessoal da renda. A Região Norte possui um grau de concentração espacial e pessoal da renda muito grande (Índice de Gini de, aproximadamente, 0,60), o que torna necessárias a implantação de poucas agências e a admissão de um número menor de bancários para **capturar** o PIB local e realizar as operações de empréstimos. Por outro lado, a Região Sul possui um grau de concentração espacial e pessoal da renda menor

(Índice de Gini de, aproximadamente, 0,54), o que faz que essa região tenha que possuir um maior número de agências e empregados nos bancos para que a rede bancária possa **capturar** os depósitos potenciais que, nesta região, estão dispersos. Tal quantidade de agências e de bancários necessários na Região Sul acaba por resultar em um nível de produtividade menor nessa região. Esse argumento é apresentado de forma empírica em Sicsú e Crocco (2003).¹³

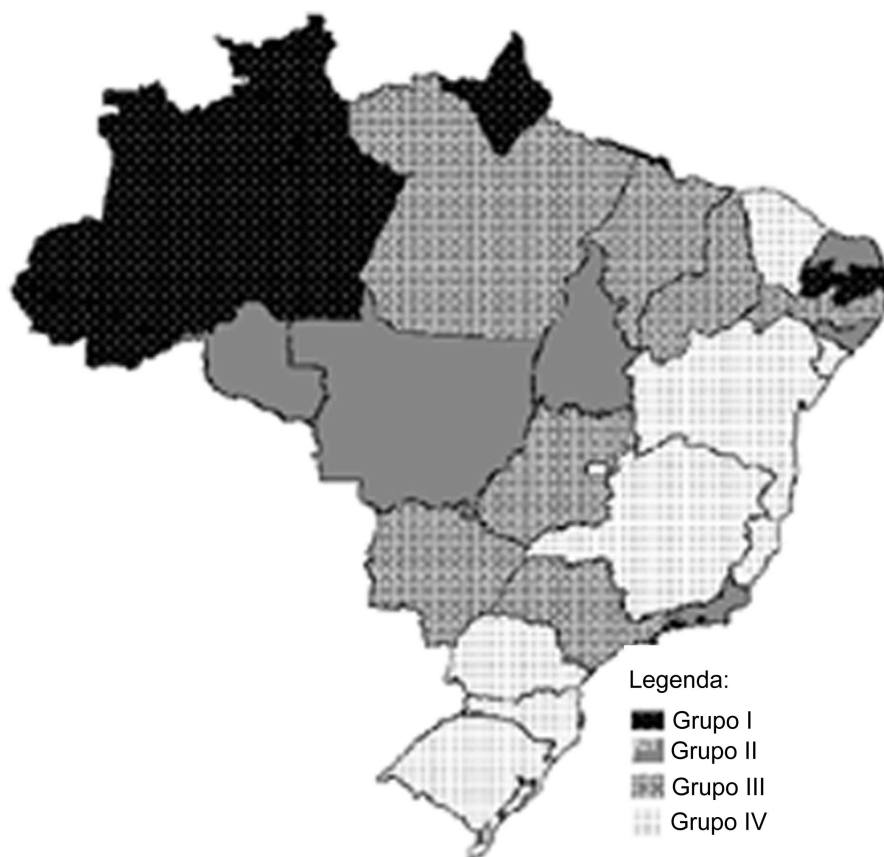
A seguir, o Mapa 1 apresenta os estados brasileiros divididos de acordo com os grupos descritos anteriormente. A partir dele, é possível visualizar a caracterização espacial da produtividade do trabalho bancário no País. As áreas mais escuras são aquelas em que o trabalho bancário é mais produtivo.

No Mapa 1, verifica-se que a Região Norte possui quatro estados no Grupo I e dois estados no Grupo II, sendo estes os melhores grupos em termos de produtividade do trabalho. A Região Nordeste é bastante heterogênea, com um estado no Grupo I, dois no Grupo II, três no Grupo III e três no Grupo IV. A Região Centro-Oeste tem um estado no Grupo II e dois estados no Grupo III, indicando posição intermediária. A Região Sul é totalmente homogênea, com todos os seus estados pertencendo ao Grupo IV. Finalmente, a Região Sudeste é heterogênea, com um estado no Grupo II, um no Grupo III e dois no Grupo IV.

¹³ Deve-se ressaltar que, embora a Região Sul tenha uma produtividade bancária baixa em relação à da Região Norte, isso não indica que a produtividade do trabalho bancário em termos absolutos dos sulinos não possa ser considerada boa.

Mapa 1

A distribuição espacial da produtividade do trabalho no Brasil — 2000



FONTE: Quadro 1.

5 - A evolução do indicador de custos do trabalho bancário

A análise da evolução da produtividade do trabalho também tem que ser vista sob uma outra ótica: a da sua influência sobre os custos administrativos dos bancos. Isto porque uma melhora de produtividade significa que os trabalhadores estão sendo mais eficientes no desenvolvimento de suas tarefas, o que pode levar a uma diminuição dos custos bancários. Esse fato tem grande relevância para o Brasil devido ao peso que os custos administrativos têm na composição do *spread* bancário. Como visto anteriormente, à medida que a alta taxa de *spread* dos bancos brasileiros começou a cair no final da década, percebe-se que a parcela dos custos administrativos que compunham a mesma também diminuiu.

Acredita-se, assim, que os aumentos de produtividade do trabalho verificados após 1994 provocaram uma diminuição dos custos administrativos dos bancos, o que acabou por contribuir, em alguma medida, para a queda do *spread*. A fim de testar essa relação entre o aumento de produtividade e a diminuição dos custos, calculou-se um indicador de custo do trabalho. Tal como foi descrito pela metodologia apresentada anteriormente, esse índice de custos mede a relação entre a remuneração dos trabalhadores e a produtividade do trabalho; então, uma diminuição dos custos vai estar relacionada com um aumento da produtividade e/ou queda na remuneração.

Na Tabela 5, é possível visualizar que realmente ocorreu uma grande queda no indicador de custo do trabalho bancário no País. Entre 1994 e 2000, ele caiu 86,49%, reflexo da queda de 64,76% na remuneração. Logo, os acréscimos de produtividade geraram uma diminuição dos custos, o que pode ter contribuído para a queda do *spread* bancário.

Embora o índice de custo também tenha apresentado profunda queda em todas as regiões brasileiras, percebe-se que elas apresentaram taxas de queda distintas. A Região Nordeste foi a que apresentou o maior declínio desse indicador, sendo este de 91,46%; e não é coincidência que esta também tenha sido a Região com maior aumento de produtividade no período, de 219,07%. A Região Centro-Oeste apresentou o segundo maior aumento na produtividade bancária, de 206,52%, gerando a segunda maior queda do indicador de custo, de 90,68%. Em seguida, tem-se a Região Sul com uma diminuição de 89,95% no índice de custo do trabalho devido ao grande aumento da produtividade de 191,55%.

Tabela 5

Varição percentual do indicador de custo do trabalho bancário
nas regiões e no Brasil — dez./94-dez./00

REGIÕES E BRASIL	INDICADOR DE CUSTO	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	REMUNERAÇÃO
Nordeste.....	-91,46	219,07	-72,76
Centro-Oeste.....	-90,68	206,52	-71,42
Sul.....	-89,95	191,55	-70,70
Norte.....	-84,93	119,44	-71,27
Sudeste.....	-83,94	144,87	-60,68
Brasil.....	-86,49	161,86	-64,76

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.
RAIS.

A Região Norte diminuiu 84,93% nos custos, sendo que essa retração não foi tão alta quanto nas três regiões anteriores, porque o aumento da produtividade nessa Região foi um pouco inferior, ficando em 119,44%. Por fim, a Região Sudeste apresentou queda de 83,94% no indicador de custos, sendo esta a menor queda dentre as regiões brasileiras. Percebe-se que, embora essa região tenha aumentado bastante sua produtividade, em 144,87%, os seus gastos com remuneração de pessoal não caíram tanto quanto em outras regiões, uma vez que o declínio dessa variável na Região Sudeste foi de 60,68%, enquanto em todas as outras regiões foi acima de 70%.

Pode-se concluir, portanto, que houve queda no indicador de custos em todas as regiões brasileiras. Em todos os casos, o que predominou foi o **grande aumento da produtividade do trabalho e uma diminuição, em menor magnitude, porém expressiva, do valor total da remuneração**, provavelmente fruto da grande queda no emprego bancário observada no período.

Os custos do trabalho representam a maior parcela dos custos administrativos. Logo, a diminuição do primeiro, que foi observada em todo o País, possivelmente teve grande impacto sobre o segundo. Isso pode ter contribuído para diminuir as taxas de *spread* bancário no Brasil, o que pode vir a ser uma condição importante para a promoção do crescimento econômico do País.

Conclusão

O setor bancário brasileiro foi reestruturado a partir de meados da década de 90. O fim das altas receitas provenientes do período inflacionário, efeito da estabilização econômica, obrigou os bancos a racionalizarem custos. Além disso, a reforma financeira promoveu um processo de privatizações/fusões e a entrada de bancos estrangeiros no País. Como consequência, o panorama geral desse processo de reestruturação foi o fechamento de agências, a realização de investimentos em tecnologias de informática e telecomunicação e a demissão de milhares de bancários. A redução do número de trabalhadores dos bancos foi uma consequência direta dessa diminuição de custos, do aumento da automação e dos processos de fusão e privatizações.

Essas mudanças permitiram que os bancos brasileiros auferissem grandes ganhos de produtividade do trabalho entre 1994 e 2000, isto é, os empregados dos bancos ficaram mais eficientes na realização de suas tarefas. O indicador de produtividade do trabalho utilizado mediu a relação entre depósitos à vista e número de trabalhadores — a explicação para esse aumento de produtividade é proveniente da queda no emprego e do aumento no volume de depósitos à vista decorrente da maior atratividade dos mesmos com o fim da inflação e, possivelmente, do aumento real do PIB e da renda gerada no setor informal.

O aumento da produtividade é importante porque trouxe consigo uma diminuição dos custos bancários. Essa queda de custos é importante porque pode ter contribuído para diminuir o *spread* praticado pelos bancos, dado que os custos administrativos diminuíram sensivelmente sua participação na composição dessa taxa. A queda de custos proveniente de aumento de produtividade é importante porque pode facilitar o aumento da oferta e o acesso ao crédito.

Também é importante ressaltar que o processo de ajuste não se deu de forma homogênea em todo o País. Na verdade, entre 1994 e 2000, o número de empregados (pertencentes à desagregação setorial Intermediação Financeira-Depósitos à Vista) diminuiu com taxas diferenciadas entre as regiões, o que, em grande medida, proporcionou ganhos de produtividade do trabalho com dimensões distintas nas mesmas. As taxas de crescimento da produtividade diferenciadas entre as regiões brasileiras promoveram uma aproximação dos níveis de produtividade do trabalho de cada uma delas à média nacional. Dessa forma, as regiões que possuíam níveis mais altos de produtividade relativa do trabalho diminuíram esses índices porque tiveram um crescimento abaixo daquele observado no País; logo, aproximaram-se da unidade, isto é, da média nacional. Por outro lado, as regiões que tinham níveis mais baixos de produtividade relativa

aumentaram esses indicadores porque tiveram um crescimento acima do nacional e também ficaram mais próximos da média de produtividade do trabalho do País.

Através de um mapeamento do atual estágio de produtividade bancária das regiões e dos estados brasileiros, foi possível perceber que muitas diferenças persistem entre essas localidades. A Região Norte possui a maior produtividade do trabalho das regiões brasileiras, com todos os seus estados incluídos nos Grupos I e II, que são os melhores em termos de eficiência do trabalho nos bancos. A Região Sul encontra-se no outro extremo, pois é a pior em termos de produtividade do trabalho bancário, com todos os seus estados incluídos entre os piores níveis desse indicador — Grupo IV. Esse baixo nível de produtividade pode ser explicado, em grande parte, porque, nessa região, há uma baixa concentração espacial e pessoal da renda, o que leva a uma maior necessidade de agências e de funcionários para **capturar** os possíveis depósitos que estão dispersos.

Já as Regiões Nordeste e Centro-Oeste acumularam grande crescimento de produtividade do trabalho bancário, porém ainda podem ser consideradas regiões com níveis intermediários no que se refere a esse indicador. Isto porque a Nordeste possui três estados nos Grupos I e II e seis estados nos Grupos III e IV; e a Região Centro-Oeste tem um estado no Grupo II e dois estados no Grupo III. Já a Região Sudeste aumentou sua produtividade bancária, porém com taxas inferiores às nacionais, o que fez ela ser incluída nas regiões intermediárias, com um estado no Grupo II, um no Grupo III e dois no Grupo IV.

Houve, portanto, grande aumento da produtividade do trabalho bancário no Brasil, nos anos 90, reflexo do processo de ajuste do setor, que acabou por promover uma maior equalização do nível de produtividade dos bancos entre as regiões. Porém muitas diferenças persistem, e ainda há muitas localidades onde a produtividade bancária é bem inferior à média do País. Dadas as importantes implicações que esse indicador tem no contexto da economia, seria interessante traçar políticas a serem implementadas tanto pelos banqueiros quanto pelos governos que visem aumentar a produtividade do trabalho dos bancos. Isso deve ser feito tomando como base as principais deficiências e os problemas de cada região e estado.

Referências

- ALBENES, C. O processo de reestruturação dos bancos numa perspectiva histórica, a partir dos anos 60 no Brasil. In: ENCONTRO DA ANPUH-ES, 3., Espírito Santo, 2001. **Anais...** Disponível em: <http://www.anpuhes.hpg.ig.com.br> Acesso em: 22 out. 2002.
- AMADO, A. M. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. **Estudos Econômicos**, São Paulo: [s. n.], v. 27, n. 3, p. 417-440, set./dez. 1997.
- AMADO, A. M.; SILVA, L. A. S. **Integração monetário-financeira do Mercosul**. Brasília: UnB, 2002. (Seminários Acadêmicos 2000). Disponível em: <http://www.unb.br> Acesso em: 22 out. 2002.
- BAER, W.; NAZMI, N. O sistema bancário: privatização e reestruturação. In: BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002. p. 318-339.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e spread bancário no Brasil: avaliação de 2 anos de projeto**. [S. l.: s. n.], 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2001.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e spread bancário no Brasil**. [S. l.: s. n.], 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2001.
- CARVALHO, F. J. Cardim de. New competitive strategies of foreign banks in large emerging economies: the case of Brazil. **Banca Nazionale del Lavoro Quartely Review**, n. 213, p. 135-169, jun. 2000.
- CYSNE, R. P. Aspectos macro e microeconômicos das reformas. In: BAUMANN, Renato (Org.). **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 55-99.
- DIEESE. **Evolução recente do emprego bancário no Brasil**. DIEESE-Estudos e Pesquisas, jul. 1998. Disponível em: <http://www.dieese.org.br> Acesso em: 20 out. 2002.
- DIEESE. **A globalização da economia e a informatização do sistema financeiro**. DIEESE-Linha de Produção, set. 1997. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/lpr/lpset97.htm> Acesso em: 22 out. 2002.
- DIEESE. **Produtividade do trabalho no setor bancário**. DIEESE-Linha Bancários, jun. 1998a. Disponível em: <http://www.dieese.org.br> Acesso em: 18 out. 2002.

FANNING, D. A produtividade nos bancos. **Balanço Financeiro**, São Paulo, v. 3, n. 22, p. 51-53, 31 dez. 1981.

FEBRABAN. **Dados gerais 2001**. [S. l.: s. n.], 2002. Disponível em: <http://www.febraban.org.br> Acesso em: 31 julho 2002.

FEBRABAN. **Dados sobre tecnologia 2001**. [S. l.: s. n.], 2002a. Disponível em: <http://www.febraban.org.br> Acesso em: 31 julho 2002.

FRISCHTAK, C. R. Automação bancária e mudança na produtividade: a experiência brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 22, p. 197-240, ago. 1992.

GARCIA, M. F. Reestruturação bancária no Brasil nos anos 90 e os efeitos sobre as relações de trabalho: algumas evidências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4., 1999. **Anais...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br> Acesso em: 22 out. 2002.

IBGE/ANDIMA. **Sistema financeiro**: uma análise a partir das contas nacionais. Rio de Janeiro, 1997.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Produtividade**: a chave do desenvolvimento acelerado no Brasil. São Paulo: Washington, 1998. 26 p.

PAULA, L. F. R. Tamanho, dimensão e concentração do Sistema Bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 87-116, jul. 1998.

REBELO, J.; MENDES, V. Produtividade, eficiência e alterações tecnológicas no setor bancário português: uma análise não paramétrica. In: CONGRESSO DOS ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3., Macau, 1998. **Anais...** Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br> Acesso em: 22 out. 2002.

ROSA, A. L. T.; NOGUEIRA, C. A. G. Abertura econômica e competitividade da indústria brasileira: uma análise regional (1985-1997). In: XXVI Encontro Nacional de Economia, 26., Vitória. **Anais...** Vitória, Espírito Santo: ANPEC, 1998. p. 1763-1781.

SAYAD, J.; JATOBÁ, S. J. Efeitos espaciais da política monetária e financeira. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 7-34, jan./mar. 1980.

SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Revista Economia**, [S. l.]: ANPEC, v. 4, n. 1, 2003.

TINELLI, A. C. **O aumento da produtividade do trabalho nos bancos comerciais em 1979**: metodologia e resultados. Rio de Janeiro: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, 1979.

VILHENA, F. **Mapeamento da produtividade bancária no Brasil**. [S. l.]: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Economia, 2003. (Dissertação de Mestrado).